

PARTE II

OS FIOS DO DISCURSO: O SOCIAL E O CULTURAL NA CONSTRUÇÃO DA TRAMA INTERACIONAL

Parte II – Apresentação

Conforme busquei pontuar na primeira parte, todos aqueles elementos macro – objeto de pesquisa, reflexão docente, etc. – são perpassados pela linguagem, ou melhor, são discursivamente construídos. Por isso, neste momento, amplio o foco sobre como a questão discursiva se insere em minha tese, já que apresentei o discurso como o fio sempre presente nas relações humanas. Em seguida, apresento os construtos que serão articulados para que seja possível fazer sentido das microcenas analisadas na parte III. Resolvi tratar tais questões discursivas em um bloco separado não apenas para ressaltar a perspectiva de sócio-construção discursiva – base deste trabalho – mas também para apresentar em detalhes, dentre os elementos discutidos, quais são aqueles utilizados na micro análise discursiva das interações.

6

Fios teóricos do discurso institucional-reflexivo no tear da interação

Workplaces are held together by communicative practices.

Sarangi & Roberts (1999)

Na primeira parte, apresentei o entendimento de discurso que tomo para este trabalho e apontei como o discurso encontra-se imbricado em diversas instâncias de ação humana. Neste capítulo, aprofundo a questão discursiva que me interessa para esta tese, fazendo uma relação mais clara entre práticas discursivas e ambiente de trabalho. Nos capítulos seguintes, ajusto cada vez mais o foco da lente discursiva para as questões micro do discurso, i.e., para o olhar analítico à tessitura do discurso na interação. Inicialmente apresento a teorização sobre a conversa, considerando que foi esta a forma de interação que permeou os encontros no CELE. Embora inicie discutindo a conversa informal, o capítulo evolui para a apresentação do que seria a interação em local de trabalho. Sublinho, no entanto, que tomo tal interação não apenas como *locus* de construção de conhecimentos, mas também de negociação e de luta por significados, de exercício de poder, de construção identitária, de ação social.

Em seguida, para analisar as sessões reflexivas, apresento e discuto teorizações utilizadas por outros pesquisadores acerca do discurso no trabalho e em sala de aula. Assim procedo porque enquadro meu trabalho em uma linha que se volta para o discurso em contexto profissional, para a configuração de saberes e identidades.

6.1

A conversa como matriz de outras interações

Um olhar descuidado sobre a conversa informal não permite observar que, ao invés de ser uma atividade caótica, é uma prática social tecida de forma coordenada, com trocas de turnos, não havendo extensão previamente fixada,

existindo ainda mecanismos de reparação para os casos de violação ou falhas nas tomadas de turno dentre outras características, como apontam Sacks, Schegloff e Jefferson (1974). Goffman ([1964]2002, p.18) sugere que “o ato de falar deve sempre ser remetido ao estado de conversa que é sustentado através do turno de fala em particular e que este estado de conversa envolve um círculo de outros indivíduos ratificados como co-participantes”. Assim, o sentido é co-construído pelos participantes neste processo. Goffman ([1964] 2002, pp.15,16), por outro lado, chama a atenção para o fato de que qualquer análise de uma interação deve considerar a situação social local em que aquela se constrói uma vez que:

o falante está conversando com alguém do próprio sexo ou do sexo oposto, subordinado ou superior, com um ouvinte ou com muitos, alguém ali mesmo ou no telefone; está lendo um script ou falando espontaneamente; a ocasião é formal ou informal, de rotina ou de emergência? Note-se que não são os atributos da estrutura social que estão sendo levados em conta aqui, tais como idade, sexo, mas sim os valores agregados a estes atributos na forma em que são reconhecidos na situação imediata enquanto ela acontece.

Assim sendo, os atributos característicos de uma dada estrutura social não podem ser tomados como dados, sem que se preste atenção à estrutura de participação, ao que está acontecendo – turno a turno – em um dado evento social. Portanto, a ordem social não é dada, mas ativamente construída (Sarangi e Roberts, 1999). Os vários elementos a compor a situação social, como aponta Goffman, e que devem ser considerados para a análise, também são observados pelos participantes na tessitura da interação. Tais elementos colaboram para que os participantes façam sentido do que está acontecendo a fim de (inter)agirem e negociarem significados. Isso quer dizer que a forma como as pessoas estão entendendo a interação, como se alinham ou não aos outros, como se configuram as relações (institucionais ou não) entre elas são índices balizadores de suas participações. O mesmo acontece nas interações em contextos de trabalho. Desta forma, foi exatamente ela, a conversa informal, o gênero discursivo básico ou matriz a partir do qual outros foram estudados: interação médico-paciente, interação em sala de aula, entrevistas de emprego e outras, interação em tribunais, etc (Tannen e Wallat, 1987; Cazden, 1988; Atkinson, 1992; Clayman, 1992; Buttom, 1992; *inter alia*). Percebeu-se, então, que o falante projeta pistas de contextualização para que o interlocutor, por sua vez, acione estratégias de

interpretação que lhe permitam fazer sentido e contribuir para a evolução do tópico conversacional. Assim sendo, há ordem no aparente caos.

6.2

Como entender a interação na instituição?

O ambiente de trabalho, segundo Sarangi e Roberts (1999, p.1), constitui-se local de luta social. Por isso, enquanto “certas formas de falar/ interagir, registrar e agir são produzidas e ordenadas por um período de tempo. A regulação dos recursos comunicativos, a seu turno, controla o acesso ao local de trabalho e às oportunidades no mesmo”. Assim, a interação neste contexto é uma produção social complexa em que os participantes, além de dar conta das “co-presenças uns dos outros”, também se vêem envolvidos com “redes de significados que vão além das mesmas” (Sarangi e Roberts, 1999, p.2). As práticas discursivas características de um dado ambiente de trabalho, portanto, estão vinculadas a relações de poder; às relações hierárquicas (mais fortemente delineadas ou não) entre os participantes; à ação para resolução de problemas e tomadas de decisões; à cultura, à tradição e à história locais; etc. Na verdade, Sarangi e Roberts (ibid.) lembram que fatos característicos da vida nestes contextos, tais como decisões, papéis institucionais, padrões e o que pode ser considerado sucesso, não são pré-existentes. Eles são interacionalmente (co-)construídos. Da mesma forma, nessas práticas discursivas, identidades, cultura, crenças e conhecimento profissional (local e mesmo global) são (re-)construídos. Assim sendo, o ambiente profissional é um contexto micro a reproduzir ou não o contexto macro social do qual é parte.

Para Sarangi e Roberts (1999, p.2), os estudos sobre a interação em local de trabalho contribuem para a compreensão da ordem interacional, de forma mais ampla, além de, em âmbito mais específico, contribuírem para a compreensão de “como as profissões são constituídas e como as relações de poder são modeladas a partir da fala no trabalho”. No entanto, ao fazerem uma reflexão sobre as pesquisas relacionadas à área, esses autores afirmam que propor uma a definição do que seja local de trabalho seria problemática. Eles optam por trabalhar com a noção de interação *ao trabalhar* – que pode abarcar interações que não precisam acontecer necessariamente no espaço físico do trabalho, além de permitir um olhar

a muitas outras questões que acontecem durante a mesma, não se limitando à questão do trabalho em si. Para a compreensão da interação institucional, Drew e Heritage (1992, p.22), por exemplo, propõem as seguintes linhas, tomando como ponto de partida as *orientações dos participantes*:

1] a interação institucional normalmente está orientada para algum objetivo por parte de, pelo menos, um participante;

2] essa interação freqüentemente pode envolver limitações/ restrições em relação aos tipos de contribuições que são ou que podem ser feitas;

3] elas podem estar associadas a estruturas de inferência¹⁹ e procedimentos que são particulares para contextos institucionais específicos.

Distinguindo ainda contextos de trabalho mais e menos formais, os autores consideram que, nos primeiros – aqueles em que a ação do profissional se processa em espaço público – os procedimentos para tomada de turno, por exemplo, são diferentes de uma conversa. Os participantes o fazem para “mostrar e realizar seu caráter institucional” em um sistema de troca de turnos especializado. Drew e Heritage (1992), fundamentados em Goffman (1981), apontam que haveria também diferentes estruturas de participação associadas a direitos e obrigações, diferentes alinhamentos (*footings*) e diferentes oportunidades de iniciar atividades interacionais, considerando-se as convenções institucionais, tal como acontece em interações no tribunal, por exemplo. Nos contextos menos formais, via de regra aqueles em que a ação do profissional não acontece em público, tais padrões interacionais não têm tanta uniformidade (Drew e Heritage, 1992), ainda que seja perceptível a assimetria que envolve os participantes. Assim, haveria espaço para mais negociação e variações o que aproximaria essa interação da conversação cotidiana.

Pereira e Bastos (1998), por outro lado, afirmam que as interações ocorridas em contextos institucionais via de regra apresentam características em sua organização bastante diferentes daquelas que orientam uma conversa cotidiana. Considerando que, em contextos de trabalho, a linguagem funciona como elemento de apoio à ação que está em desenvolvimento - é ela que media a interação entre dois engenheiros discutindo o projeto de um novo prédio, por exemplo – a estrutura de participação delinear-se-á em uma relação de

¹⁹Tais estruturas de inferência podem ser remetidas aos *enquadres* propostos por Goffman e comentados adiante.

dependência com o tipo de atividade, com as relações de poder – grau de assimetria – etc., que envolve os participantes discursivos. Em função disto, Pereira e Bastos (ibid.:110) enumeram características das interações em contextos institucionais que as distinguem das conversas informais, conforme observadas por vários estudiosos. Conseqüentemente, na análise daquelas interações, o pesquisador precisa considerar os seguintes aspectos:

1. os objetivos, tarefas ou identidades associadas à instituição em questão;
2. a organização global das interações no tocante às formas de abertura e fechamento, ao sistema de turnos entre os participantes;
3. as restrições em relação aos tipos de contribuições que podem ser feitas pelos participantes;
4. o formato das perguntas e respostas;
5. os quadros inferenciais e procedimentos específicos para diferentes contextos profissionais;
6. as questões relativas ao contexto situacional, como a organização dos espaços e a disposição dos participantes nos mesmos;
7. os fatores relativos ao vestuário e ao comportamento não verbal dos participantes.

Considerando a vivência que tivemos no CELE, a noção proposta por Sarangi e Roberts (1992) - *interação ao trabalhar* - é relevante para este trabalho por abrir o foco do meu olhar de analista no processo de entender aquela vivência pela análise dos fragmentos. Obviamente, esta noção pode ser utilizada na interface dos aspectos apontados por Pereira e Bastos (1998), dependendo daquele(s) que estiver(em) mais evidentes no fragmento a ser analisado, especialmente os de número 1 a 6. Lembro que, naquele contexto, nossa reunião se constituía em uma outra configuração de trabalho, primeiro por se tratar de reuniões para estudo e reflexão com uma consultora-pesquisadora. Antes disso, os colegas reuniam-se a outros colegas do CELE para treinamentos no início do ano, muitas vezes relativos ao uso que deveria ser feito do material didático adotado para as turmas de inglês, francês ou de espanhol. Reuniam-se também para trocar idéias e planejar eventos e atividades adicionais, mas não para se envolverem com estudo e reflexão. Em segundo lugar, era uma outra configuração de trabalho porque havia uma pesquisa em andamento, imbricada no processo de reflexão e da qual todos estavam cientes.

6.3

Discurso da conscientização profissional: conversa de profissionais tornando-se conversa reflexiva

Para poder analisar as interações das reuniões reflexivas, busco inspiração em autores que discutem a interação no trabalho para alinhar-me ou problematizar a questão, na medida em que optei por não observar o discurso de sala de aula. Através desta escolha, aponto que não é apenas o discurso de sala de aula que revela questões cruciais sobre o processo de ensinar e de aprender, mas também aquele que trate *do ensinar e do aprender*, do que é ser professor/ professora, das relações entre os participantes discursivos na sala de aula – concretizados em diversos gêneros discursivos orais e escritos. Isto abre um leque de possibilidades para o pesquisador que se interesse por entender a vida em sala de aula e fora dela – na instituição de ensino ou na sociedade. Quero, por isso, propor que o discurso pedagógico – envolvendo a interação entre professores e alunos, entre professores e seus pares, entre professores e coordenadores/ supervisores, entre consultores e professores, etc, buscando construir entendimento – seja entendido como **discurso da reflexão e da conscientização profissional** e como uma vertente do discurso em ambiente profissional ou discurso no trabalho, focando *interações ao trabalhar* como sugerem Drew e Heritage (1992). Faço esse redimensionamento do termo no sentido de chamar atenção para a sua possibilidade de ser entendido como ferramenta para a reflexão docente e, ao mesmo tempo, de ser objeto de análise desse processo.

Sublinho ainda o fato de que as interações tecidas em um grupo de estudos e reflexão de professores podem servir, segundo Bamberger e Schön (1995, apud Miller, 2001, p. 12), como “uma forma de ver o curso de evolução do trabalho dos participantes e, ao mesmo tempo, pode servir como uma forma de estabelecer uma ambiência para a pesquisa”. Segundo Miller (2001, p.12), ao comentar noções de conversação, vista como mais do que mero conversar por alguns teóricos, há o entendimento subjacente em todas elas de que

estamos mais aptos para aprender a fazer sentido de nós mesmos e do mundo à nossa volta quando nos envolvemos em conversação (num sentido amplo do termo) com ‘outros’, onde ‘outros’ podem dar suporte a outras pessoas, aos nossos próprios eus ‘distanciados’, à nossa própria prática e teorias pessoais tácitas e

também a objetos ou materiais sobre os quais é possível falar em um processo de fazer-sentido.

Essa conversa, Miller (2001) chamou de *conversa profissional*. Utilizarei tal denominação no presente trabalho por entender que ela caracteriza as interações nas quais nosso grupo se envolveu. Ainda que focada na atividade de reflexão, voltada para questões pertinentes ao fazer docente, ao estar em sala de aula, ela não se reveste de um formalismo quando os participantes tratam dessas questões. Além disso, revela negociações de significados, relações de poder, crenças sobre ensinar e aprender LE, instâncias de construção identitária e muito mais. Enfim, essa *conversa profissional* é o *locus* em que estiveram imbricadas ideologias, crenças e saberes profissionais dos participantes, bem como aspectos sócio-históricos e culturais do CELE (Wodak, 1997; Sarangi e Roberts, 1999).

6.4

Conversa profissional: *locus* de construção identitária e de *expertise*

Para analisar o processo de construção identitária em ambiente de trabalho, é relevante resgatar questões levantadas por Sarangi e Roberts (1999) com relação à construção de saberes profissionais, autoridade e credibilidade. Segundo os autores (ibid., p.8), “o conhecimento do *expert* torna-se visível à medida que profissionais e clientes posicionam-se em uma relação assimétrica a qual, conseqüentemente, chega a uma forma de controle simbólico”. Para os autores, tanto a autoridade profissional quanto a credibilidade estão diretamente relacionadas à aquisição de conhecimento mediante um árduo treinamento. Entendo que, implícito a esse treinamento para tornar-se profissional, ocorra um processo de construção identitária – de forma que o profissional seja reconhecido como detentor de saber advindo de um determinado campo epistemológico, mas também do profissional que se (re-)constrói a cada encontro interacional.

A forma como entendo os estudos identitários – iniciado no capítulo 5 e estendido neste em que trato do contexto de trabalho – não me permite abdicar de um olhar aos níveis macro e micro social. Na verdade, entendo que a articulação de ambos seja crucial para melhor entendimento do processo situado de construção identitária. Considerando a pesquisa que elaborei, é preciso analisar o que cada um de nós, enquanto participantes do grupo de reflexão, fazíamos turno

a turno, quando conseguíamos ocupá-lo por mais tempo contando nossas histórias sobre ensinar, quando lutávamos para manter ou conseguir o piso conversacional, quando argumentávamos em favor de alguma proposta ou visão. No entanto, é preciso também revelar as crenças, ideologias e discursos que perpassavam todos esses momentos na interação, sob pena de perder a relação do local com o mundo em mudanças em que vivemos. Voltando a atenção para a micro organização da interação, Erickson (2001, p.160) afirma que os interlocutores

por se relacionarem em um eco-sistema de influência mútua, quando um deles indica um novo atributo identitário saliente naquele momento, como gênero, ou status profissional, ou etnia, o caráter qualitativo da relação entre os interlocutores muda.

Dessa forma, na interação em contexto de trabalho, inclusive, os interlocutores estarão trabalhando com múltiplos atributos identitários, forçando um constante trabalho interacional de re-enquadramento e re-alinhamento de todos. Com isso, diferentes atributos das identidades sociais são ressaltados à cada modificação no contexto de interação. Tal fato encaminha os estudos de identidade para um outro nível, se é possível assim dizer, i.e, para o processo de fazer identidade na interação – a performance identitária. Neste sentido, Erickson (2001, p.158) contribui para a compreensão dessa questão ao afirmar que

as identidades sociais do momento são construídas/ realizadas através das ações conjuntas dos interlocutores durante o curso da interação e a identidade social nesse sentido construtivista é o que chamei anteriormente de identidade social performatizada ou situada.

Face às questões discutidas no presente capítulo, resta-me reafirmar que, para esta tese, durante a análise dos dados, o discurso co-construído no contexto de trabalho deve ser visto como espaço para a construção de *expertise* e de performance identitária, para nos posicionarmos e aos interlocutores no discurso, para construirmos ou desconstruirmos regimes de verdade, para refletirmos sobre o discurso que co-construímos em contextos institucionais (e, conseqüentemente, sobre visões do mundo e do outro nele imbricadas), para desenvolvermos interacionalmente todo um trabalho que preserve nossa face, bem como para refletirmos sobre as implicações dessas ações discursivas no contexto em que emergiram.

7

Para entender a urdidura do tecido interacional: foco nos micro pontos da sócio-interação

I assume that when individuals attend to any current situation, they face the question: "What is it that's going on here?" [...] the question is put and the answer to it is presumed by the way the individuals then proceed to get on with the affairs at hand.

Goffman (1974)

As questões abordadas nos capítulos 2 e 6 mostram a contribuição que teóricos de tradições diversas podem dar para a compreensão do discurso, da sócio-construção discursiva da realidade social. Porém, outras colaborações podem agir na interface delas para nos ajudar a dar conta do que acontece no nível micro-discursivo. Conforme já discuti no capítulo 3, o fenômeno investigado é construído a partir das lentes teóricas que utilizamos. Na verdade, no presente capítulo, aproveito o raciocínio proposto por Guba e Lincoln (2000) quando argumentam que hoje está acontecendo um processo de miscigenação de paradigmas de pesquisa²⁰, a fim de adicionar a perspectiva de Erickson (2001) acerca da contribuição de estudos sobre a interação face-a-face para a elaboração de entendimentos sobre a macro e a micro organização social. Em seguida, apresento os construtos que serão utilizados para a análise da trama do tecido interacional nas microcenas.

7.1

Tecendo considerações sobre as macro estruturas sociais e as micro estruturas discursivas

Ao articular tradições para construir meu olhar sobre o discurso, não quero pasteurizá-las, nem descaracterizá-las, ignorando suas origens quer na filosofia, na sociologia, na lingüística ou em qualquer outra área do conhecimento humano, nem mesmo ignorar formas de olhar a interação. Apenas acredito que, para dar

²⁰Para maiores esclarecimentos, ver capítulo 3, seção 3.1.

conta de analisar os dados mais adiante, além das questões macro como identidade, poder, crenças, etc., será necessário também lançar mão de outros construtos que liguem as questões sociais macro às micro ao focar analiticamente o discurso. Erickson (2001, p.153) mostra como, atualmente, há uma tendência na sociolinguística de se fazer tal movimento, já que “nas novas abordagens aos estudos do discurso na sociolinguística, a tentativa de se considerar questões de poder e de classe social na medida em que estão em evidência na conduta de práticas discursivas locais é necessário e louvável”. Vale ressaltar, no entanto, o cuidado que, segundo Erickson (ibid.), se deve ter ao tentar articular questões históricas ao trabalho de fala em interações sociais imediatas, uma vez que a relação entre teoria social e estudos do discurso em sociolinguística não pode ser monológica. Isso quer dizer que a sociolinguística não pode tomar sem crítica aquela teorização, uma vez que os sociolinguistas poderiam assumir que os processos sociais gerais conduzem práticas discursivas locais de forma determinista.

Erickson (ibid., p.153) ressalta ainda que os estudos do discurso oral podem ser “uma fonte de crítica que informe o desenvolvimento da teoria social geral”. Essa proposta de dialogismo e inter-influência nas duas áreas pode contribuir para que o olhar ao micro perceba possibilidades de desconstrução de discursos hegemônicos, além das situações em que a interação localmente co-construída valida e sublinha esses mesmos discursos. Para Erickson (2001, p.153)

As pessoas não agem ao falar exatamente como a teoria social geral prediz e isso pode ser compreendido como algo mais do que apenas variação que acontece devido a um erro aleatório. Ademais, o que os interlocutores fazem localmente pode ser visto não apenas como algo influenciado pela sociedade mais ampla, mas também como algo que a influencia. No mesmo viés, quero defender aqui que a influência dos estudos do discurso da sociolinguística sobre a teoria social pode ser tão importante para o desenvolvimento futuro das duas áreas como tem sido a influência da teoria social geral sobre os estudos do discurso na sociolinguística recentemente.

A fim de dar destaque à questão do ‘não determinismo’ social, adiante, em seu texto, Erickson (ibid.) retoma a noção de *habitus*²¹ vinda de Bourdieu,

²¹“Ao crescer em uma determinada classe social, as pessoas aprendem um conjunto estável de disposições – o *habitus* – que Bourdieu define como um grupo de disposições estáveis que os conduz a agir estrategicamente de maneiras que estão fora de sua conscientização reflexiva (*reflective awareness*)”. Erickson (2001: 154)

mostrando como a autor a relativizou, pois, embora haja um ‘conjunto de disposições estáveis’, guiando as ações sociais, há espaço para a agentividade:

A noção de habitus em Bourdieu dá espaço para a agentividade por parte do ator social individual – está fundamentada em uma crítica da noção de ação social enquanto a observância de regras (*as rule following*) [...] e fala do habitus que é ‘a origem de ... uma série de ações que são objetivamente organizadas enquanto estratégias sem serem o produto de uma intenção genuína estratégica’ (1977:73). Dentro do imediatismo/ contingência (*immediacy*) da rotina prática da vida social cotidiana, os atores sociais são vistos fazendo escolhas ao invés de estarem seguindo regras. (Erickson, 2001, p.153)

Assim Bourdieu não partia de uma visão determinista da ação social, o *habitus* seria um “sistema aberto de disposições” sempre sujeito a experiências, sendo “constantemente afetado por elas de uma maneira que reforça ou modifica suas estruturas” (Bourdieu e Wacquant, 1992, p. 33, apud Erickson, 2001).

Por outro lado, Fairclough (1992, 1996a) criticou estudos que se fazia da língua – em Análise da Conversação, Análise do Discurso e Etnometodologia²². Dentre as razões apontadas, estaria o fato de que seus estudiosos não traçavam a relação entre as micro-estruturas da conversação e as macro-estruturas sociais e institucionais. Desta forma, a conversação parecia existir em um vácuo social, dependendo apenas das habilidades dos participantes. No entanto, acredito que construtos vindos da Sociolinguística Interacional, aliados a questões levantadas pelos proponentes da Análise Crítica do Discurso, podem colaborar para o entendimento das relações entre contexto micro e macro, bem como de entendimentos co-construídos interacionalmente pelos participantes, ancorados no social e na história. Por outro lado, lembro que Erickson (2001: 156), respondendo a Fairclough, também critica a proposta da ACD. No comentário de Erickson, esta só vislumbraria a possibilidade de mudança do macro contexto para o micro contexto social, de formações discursivas para práticas discursivas locais – operando de forma determinista. Segundo Erickson (2001:157), os teóricos que analisam as interações sob esse prisma, não estão totalmente errados, mas esse proceder “não conta a história toda”. Focalizando a interação face-a-face e a questão da mudança social, Erickson (2001, p.158) tece o seguinte comentário:

²²Embora concorde com Fairclough que algumas tradições de análise linguística (Linguística Formal, Gerativismo, por exemplo) não dão conta de dimensões como construção identitária e do mundo social através dos construtos que oferecem, acredito que a Sociolinguística Interacional pode, através dos seus construtos, dar conta da questão social-discursiva investigada.

Ao se fazer uma análise minuciosa de instâncias reais de interação face-a-face no primeiro plano da pesquisa, a atenção nos ajuda a compreender como a mudança social pode acontecer – dentro de processos de reprodução social – particularmente quando a mudança acontece em processos de interação local que são levados a termo intuitivamente. Isso significa que uma noção revisada [do construto] *habitus* nos permite vê-la como um *locus* para uma ação potencialmente transformadora bem como reprodutora. Para compreender como funcionam os processos de inovação dentro da convenção, precisamos primeiro considerar maneiras nas quais nem as pessoas nem as situações sociais em que elas se encontram são entidades unitárias inteiramente fixas.

Dessa forma, pretendo utilizar os construtos para a análise micro discursiva – contexto, enquadre, alinhamento, pistas de contextualização e outros apresentados adiante – como categorias de análise que permitam perceber como os envolvidos na interação lidavam localmente com as macro questões sociais, quando essas pudessem afetar as relações co-construídas interacionalmente e, ao mesmo, tempo observar se a ação discursiva parecia agir em direção contrária.

7.2

Fazendo sentido da interação: contexto, enquadre, alinhamento, pistas de contextualização.

Nas tradições que se voltam para as estratégias através das quais os interlocutores monitoram e participam de interações face-a-face, mapeamos construtos que auxiliam o pesquisador a fazer sentido do uso social da linguagem em diferentes contextos interacionais. Um deles diz respeito exatamente à compreensão da noção de ‘contexto’, palavra inclusive já utilizada por mim em capítulos anteriores, mas discutida a seguir. Embora ele não se constitua uma categoria de análise para esta tese, a discussão que faço é relevante para que se entenda como ele é usado ao ser mencionado durante a análise das microcenas. Conforme utilizado na sentença anterior, tende-se a perceber o contexto como ‘algo que não muda’ ou ‘algo estático’, ao se pensar o contexto de uma dada instituição – o hospital, a escola, a fábrica, etc. No entanto, mesmo esse contexto, por estar localizado no social e na história, também tem um caráter dinâmico – envolvendo o local físico, os participantes e as relações entre eles, o tipo de instituição, a atividade em desenvolvimento, etc. Erickson e Schulz ([1981] 2002, p.217) são categóricos ao afirmar que “um contexto se constitui pelo que as pessoas estão fazendo a cada instante e por onde e quando elas fazem o que

fazem”. Dessa forma, os autores reafirmam a idéia de que o contexto não pode ser pensado apenas com relação ao espaço físico, ressaltando-lhe o aspecto dinâmico, por ser sustentado pelo comportamento discursivo ou ação discursiva dos participantes.

Malinowski (1923, p.306 apud Goodwin e Duranti, [1992]1997) já se preocupava com o fato de que a língua está sempre imbricada a um contexto de situação, o que torna as palavras compreensíveis por estarem atreladas a estruturas socioculturais maiores. Assim, ele afirma:

Vemos como a concepção de contexto precisa ser substancialmente ampliada, se ela tiver que ser de total utilidade para nós. Na verdade, ela tem que explodir os laços do meramente lingüístico e ser expandida para a análise das condições gerais nas as quais a linguagem é falada. (Malinowski, 1923:306 apud Goodwin e Duranti, [1992]1997, p.14, 15)

Conseqüentemente, a análise do contexto interacional de um dado evento discursivo, mostra que ele é, ao mesmo tempo, projeto e produto das ações dos participantes, sendo localmente produzido e passível de transformação a todo instante (Drew e Heritage, 1992). Então, conforme apontam Drew e Heritage (1992, p.18) o termo ‘contexto’ pode ser usado para referir-se a “uma configuração imediatamente local de uma atividade precedente em que a enunciação/ elocução ocorre, assim como a um ambiente mais amplo de atividade dentro da qual aquela configuração reconhecidamente ocorre”. Por isso, tanto as ações quanto as enunciações são modeladoras do contexto – mantendo-o, ajustando-o ou alterando-o – referindo-se às antecedentes e projetando as seguintes. No tocante à análise do contexto, Goodwin e Duranti ([1992]1997) alertam para o fato de que o ponto de partida deve ser a perspectiva dos participantes cujo comportamento está em análise. Por isso, uma dificuldade que surge é a descrição do conhecimento sócio-histórico que os participantes usam para agir naquele momento. Os autores (ibid., p.4, 5) sugerem, então, que a análise do contexto deve levar em consideração os seguintes aspectos:

[a] a perspectiva dos participantes ativamente envolvidos;

[b] o relacionamento da análise do contexto ao estudo das atividades que os participantes usam para constituir os mundos sociais cultural e historicamente organizados em que vivem;

[c] o reconhecimento que os participantes estão situados dentro de múltiplos contextos que são passíveis de sofrerem mudanças rápidas e dinâmicas à medida que os eventos nos quais estão envolvidos se desdobram.

Entretanto, Goodwin e Duranti ([1992]1997) alertam que isso não significa que o contexto seja criado na e através da interação de tal forma que padrões culturais mais amplos naquela sociedade sejam ignorados. Além disso, esses autores lembram que um dos participantes pode não obter a ratificação dos outros ao tentar estabelecer um contexto operativo. Enfatizam que o contexto é constituído socialmente, sustentado interacionalmente, dotado de grande mutabilidade e limitado no tempo (tem uma duração).

Quero adicionar as considerações de Lindstrom ([1992]1997) que toma a noção de contexto pelo viés foucaultiano. O autor equaliza contexto de fala a ordens do discurso. Assim sendo, o contexto é constituído por “um conjunto de regras culturais, condições e práticas que governam como as pessoas falam”²³ (Lindstrom, [1992]1997, p.102). Isto faz com que as pessoas prestem atenção às condições de fala locais para que a forma de conversar pareça autêntica, significativa e valha a pena. Segundo o autor, a fala se dá em um contexto de discursos culturais – envolvendo signos complexos e práticas. Estes organizam não apenas a existência social, mas também a reprodução social. Lindstrom ([1992] 1997, p.102) assinala ainda que, ao se tomar o contexto discursivo desta forma, é preciso estar atento para diversos tipos de poder, dentre os quais ele coloca inicialmente: [a] poder da cultura – para se conversar autenticamente é preciso saber as regras; [b] discursos e condições para a fala pré-existentes - limitam o que pode ser dito e como deve ser dito. Depois, estes discursos e condições de fala conferem poder às pessoas de forma desigual – enquanto alguns têm o poder para falar, outros não; alguns são experts em áreas importantes do conhecimento, outros não. Para ele, o contexto é um campo de relações de poder, no entanto

não é um campo estático. O contexto transcorre à medida que as pessoas falam. Discursos e condições discursivas pré-existentes impõem limites à fala, mas nunca são totalmente determinantes. Ocasionalmente as pessoas podem dizer aquilo que

²³Essa idéia de contexto está ligada à idéia de discurso conforme apontada no capítulo 2 para Foucault. Enquanto os elementos que compõem o discurso regulam a forma como vivemos socialmente [aspecto macro discursivo], o contexto regularia como interagimos na fala [aspecto micro discursivo].

não deve ser dito. Podem contestar o contexto ao evocar alternativas disponíveis ou discursos contrários. Há uma inter-relação entre fala e contexto. Se o contexto informa o texto, da mesma forma o texto pode informar o contexto. As ordens do discurso não são monolíticas [...]. Mesmo na cultura mais hegemônica, existem as possibilidades dos contra-discursos. Além do mais, os vários discursos dentro de uma cultura podem ser contraditórios.

Se o contexto e as interações vão sendo construídos pelos participantes, se há questões locais de poder a serem consideradas, há outros construtos que auxiliam a fazer sentido dessa construção local. Os estudos de Bateson ([1972], 2002) avançaram no sentido de tornar mais patente o fato de que, além da utilização dos elementos lingüísticos e do domínio das regras de interação, o falante em curso projeta enquadres que funcionam como molduras, enviando uma metamensagem ao ouvinte. Bateson (ibid.) explicou que os enquadres são elementos psicológicos e que, ao incluir certas mensagens (ou ações significativas) exclui outras e, da mesma forma, são inclusivos, pois ao incluir certas mensagens, outras também o são. Segundo o autor (ibid., p.97), os enquadres podem vir sinalizados por vocabulário – por exemplo: ‘engraçado’, ‘brincadeira’, ‘piada’, ‘história triste’, etc. Há, porém, situações em que não há referência verbal explícita ao(s) enquadre(s) projetado(s). Decorre que os participantes estão sempre “propondo ou mantendo enquadres que organizam o discurso e os orientam em relação à situação interacional” (Ribeiro e Garcez [Goffman ([1979]2002, p.107))), balizando sua participação. Infere-se, portanto, o caráter dinâmico e variável dos enquadres, que são propostos, mantidos, substituídos, negociados, ratificados ou colocados em contraposição durante a conversação.

Tannen e Wallat ([1987]2002) também utilizam o conceito de enquadre aliado ao conceito de esquemas de conhecimentos ou o conhecimento prévio dos participantes discursivos. As autoras apontam que tanto os enquadres como os esquemas de conhecimento projetados nas interações são dinâmicos, pois “as expectativas sobre objetos, pessoas, cenários, modos de interação e tudo o mais no mundo são continuamente comparadas à experiência de vida e, então, revistas” (ibid., p.191). Desta forma, na relação entre enquadres interativos e esquemas de conhecimento, a “discrepância nos esquemas, gera mudança de enquadres” (ibid.). Isso implica dizer que cada participante busca nos esquemas armazenados em sua memória de longo prazo um esquema que o auxilie a interpretar o enquadre

projetado naquele momento de forma a poder interagir de acordo com as expectativas para aquela dada situação discursiva. No entanto, Fabrício (2002, p.83) lembra que os participantes “nem sempre partilham os mesmos esquemas ou enquadram uma situação da mesma forma”, podendo haver “enquadres em conflito, ou seja, a coexistência e competição de significados diferentes que informam as regras de ação dos participantes”. Enfim, ao propor tal construto, Bateson aponta o papel crucial dos enquadres para a organização da interação.

Goffman ([1979]2002), por outro lado, indica a possibilidade de os interlocutores operarem a partir de significados simultâneos. Na verdade, desdobrando o conceito de *enquadre* proposto por Bateson ([1972] 2002), o autor introduz o conceito de *footing* ou alinhamento, representando a posição dos participantes discursivos em relação ao seu interlocutor, ao tópico discursivo, a si mesmo e ao contexto interacional. Comentando esse construto na introdução ao capítulo de Goffman, Ribeiro e Garcez (2002, p.108) indicam que os alinhamentos são “introduzidos, negociados, ratificados (ou não), co-sustentados e modificados na interação”. Ribeiro e Garcez explicam o construto ao comentarem a proposta de Goffman ([1979]2002):

Passa, portanto, a caracterizar o aspecto dinâmico dos enquadres e, sobretudo, a sua natureza discursiva. Em qualquer situação face-a-face, os “*footings*” dos participantes são sinalizados na maneira como eles gerenciam a produção ou a recepção das elocuições.

A mutabilidade do contexto, já mencionada acima, é complicada, segundo Goodwin e Duranti ([1992]1997), exatamente pela habilidade que têm os participantes em evocarem rapidamente enquadres contextuais alternativos dentro da fala. Utilizando o construto proposto por Goffman (1974), estes autores (ibid., p.3) afirmam que o “contexto é o quadre que envolve o evento a ser analisado e oferece recursos para a sua interpretação adequada”.

Outro construto importante que indica como os participantes fazem sentido dos significados co-construídos diz respeito às *pistas de contextualização* (Gumperz, [1982]1989). Considerando-se que um dado enunciado pode ter várias interpretações ou inferências, dependendo do interlocutor, Gumperz (ibid., p.131) afirma que há traços na superfície dos enunciados ou mensagens através dos quais “os falantes sinalizam como os ouvintes devem interpretar qual é a atividade, como o conteúdo semântico deve ser compreendido e como cada enunciado deve

ser relacionado ao que o antecedeu ou que o seguirá”. Assim, estas pistas marcam o alinhamento (ou não) dos participantes em relação ao tópico, em relação uns aos outros. Elas podem ser de caráter verbal ou não e auxiliam os falantes a insinuarem ou esclarecerem e os ouvintes a inferirem. Comentando o texto de Gumperz ([1992]1997), Goodwin e Duranti ([1992]1997) apontam que ele faz uma combinação de análise textual e cultural de forma que são mostrados como certos aspectos da fala têm mais poder de provocar do que de resolver mal-entendidos. No texto alvo do comentário de Goodwin e Duranti (ibid.), Gumperz ([1992]1997, p.231) faz a seguinte observação:

O que eu quero sugerir neste capítulo é que, ao tratar as trocas verbais como [um processo de] inferência ao nível do discurso, *on-line* e baseada no contexto, ao invés de apenas concentrar nas regularidades da organização seqüencial através das trocas de fala, podemos integrar o que há de melhor naquelas abordagens divergentes em uma teoria mais geral de inferência conversacional. Tal teoria poderia nos permitir mostrar como o conhecimento gramatical e o conhecimento de uso da língua e das convenções retóricas entram na condução dos encontros verbais e desenvolver uma abordagem à análise da conversação que dê conta dos aspectos interativos que subjazem à percepção dos sinais comunicativos e, deste modo, significativamente afetar a compreensão e a persuasão na conversação cotidiana.

Em seguida, Gumperz ([1992]1997:231) apresenta os níveis de produção de fala em que a contextualização opera a partir de determinadas pistas. Esses níveis são:

1. Prosódia – entoação, acento (stress) e mudanças de tom de fala;
2. Sinais paralingüísticos – de tempo, pausa, hesitação, sincronia conversacional, incluindo engatamento ou sobreposição de turnos de fala e outras pistas expressivas de ‘tom de voz’;
3. Escolha de código – mudança de código ou de estilo;
4. Escolha de formas lexicais ou de expressões formulaicas – em rotinas de abertura e fechamento, expressões metafóricas.

Além desses níveis, Gumperz (ibid.) sublinha que tais elementos servem para enfatizar algumas cadeias fonológicas ou lexicais em relação a outras unidades similares. Neste sentido, funcionam de uma forma relacional, não podendo ser tomadas independentemente do contexto nem ser entendidas como tendo um significado estável. Este funcionamento das pistas de contextualização leva a interpretações situadas em que os enunciados estão ligados ao contexto de produção, não podendo ser analisados fora da seqüência verbal em que estão inseridos. Gumperz ([1992]1997), partindo de seus dados, também aponta que

pode haver diferenças nas convenções de contextualização, bem como nas inferências, feitas pelos participantes da interação. Isso pode ter como consequência mal-entendidos que os impede de reconhecer a perspectiva do outro. Dessa forma, os participantes podem não conseguir repará-los, persistindo a dificuldade em interagir.

Entendo ainda que, no nível micro discursivo, um construto relevante para meu estudo é aquele denominado por Tannen ([1989] 2000, p.12) de *envolvimento conversacional*. Para a autora (ibid.), *envolvimento conversacional* diz respeito a “uma conexão interna, mesmo emocional, que os indivíduos sentem e que os liga a outras pessoas, bem como a outros lugares, coisas, atividades, idéias, memórias e palavras”, mas, além disso, “não é algo dado, mas realizado na interação”, pois a conversação é uma construção conjunta em que ouvir não é algo passivo, exige interpretação, assim como falar envolve uma projeção do ato de ouvir (ibid.). Tannen (ibid., p.12), alinhando-se a uma perspectiva dialógica e intertextual bakhtiniana, defende que “nenhum enunciado ou palavra podem ser falados sem ecoarem a forma como os outros os compreendem e os utilizaram”. A autora aponta, a partir dos dados com os quais trabalhou, a existência de estratégias conversacionais que, por serem familiares aos falantes, enviavam metamensagens entre eles, que puderam, assim, ter a experiência de que partilhavam as mesmas convenções comunicativas. Ela (ibid., p.17) cita estratégias²⁴ observadas com relação ao som e ao discurso:

- *Padrões baseados em repetição e variação* – de fonemas, morfemas, palavras, colocação de palavras, seqüências mais longas de discurso. Tais padrões podem ser produzidos pelo mesmo falante ou entre eles. Segundo a autora, é freqüente a existência de repetição em narrativas conversacionais. Citando Labov (1972), Tannen afirma que a repetição de frases nas narrativas é uma estratégia de avaliação freqüentemente utilizada. Quanto à repetição de seqüências discursivas mais longas, a autora ainda aponta que uma história ou piada pode ser seguida por outra história ou piada, assim como perguntas podem se seguidas de outras.

- *Indiretividade* – expressam significado pelo não dito. Baseada em Lakoff (1973, 1979) Tannen ([1989] 2000, p.23) comenta que muitas vezes não se diz exatamente o que se quer dizer por duas razões principais: para salvar a face se o

²⁴Embora o texto de Tannen trate de várias estratégias, apenas apontarei aquelas que me parecem pertinentes/ apropriadas para a análise das microcenos mais adiante.

que for dito não for bem recebido e para se conseguir um sentido de *rapport* quando não se precisa dizer o que se quer para ser entendido; “além disso, ao exigir que o ouvinte ou leitor produza o significado não dito, a indiretividade contribui para o sentido de envolvimento através da participação mútua na construção de sentido” (ibid.).

- *Diálogo construído* – é a representação do que os outros disseram através de diálogo ou discurso direto ao invés de usar discurso indireto. Segundo a autora (ibid.), o discurso direto é mais vívido, pois ela afirma que a criação de vozes “provoca a imaginação da cena em que os personagens falam com aquelas vozes” e porque “colocar as idéias como fala de outrem é uma importante fonte de emoção no discurso”. Pode haver mudanças na qualidade da voz e na prosódia de forma que o enunciado fica efetivamente marcado por uma voz diferente.

- *Imagem e detalhe* – baseada em estudos de Chafe (1984), Tannen aponta que existe uma tendência em conversação de se trabalhar com o concreto e com a imagem que estão associados à particularidade, fazendo com que um evento seja transformado em uma cena. Dessa forma, em resposta a detalhes específicos, os ouvintes “imaginam uma cena na qual as pessoas, objetos e ações descritas fazem parte, de forma que suas idéias e sentimentos associados a tais cenas são, portanto, provocados”.

- *Narrativa* – Para Tannen (ibid., p.28) as histórias são uma ordem diferente do gênero discursivo em relação às outras estratégias anteriormente apresentadas “porque elas fazem uso de todas as outras estratégias. E ainda, contar uma história em uma conversa pode ser em si uma estratégia de envolvimento” .

Finalizo esta seção, no entanto, sublinhando que não utilizarei esses construtos propostos por Tannen apenas como índices de envolvimento conversacional. Na verdade, pretendo articulá-los àqueles apresentados nessa seção – enquadre, alinhamento, pistas de contextualização – nas próximas - face, argumentação – e no capítulo que se segue para poder dar conta do que acontecia interacionalmente em nossas conversas profissionais, na interface com os puzzles que proponho no capítulo 10, norteando o olhar analítico às microcenas. Tomo este caminho porque não me interessa apenas descrever as estratégias, uma vez mapeadas em nosso discurso. Quero buscar articular esse mapeamento a uma problematização acerca da utilização de tais estratégias naquele momento da interação, ou seja, entender o que tais estratégias provocavam em termos de ação

discursiva, de configuração de alinhamentos em relação às argumentações e às narrativas que eram co-construídas discursivamente e assim por diante.

7.3

Face: a possibilidade de tecer o micro e o macro

Nossa participação nos encontros sociais não se dá de maneira aleatória, como já sinalizei no item anterior, devido ao constante monitoramento de pistas e enquadres projetados na interação. Estes fazem com que assumamos determinada linha de ação interacional. Conforme Goffman ([1967]1980), a linha²⁵ assumida durante a interação pode se caracterizar por ações verbais ou não e serve para que expressemos nossa visão da situação, bem como para avaliarmos os participantes e a nós mesmos. Nesse processo, entra em cena um outro construto: *face*. Goffman ([1967]1980, pp.76, 77) o conceitua como:

o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros presumem ser a linha por ela tomada durante um contato específico. Face é uma imagem do *self* delineada em termos de atributos sociais aprovados – embora se trate de uma imagem que pode ser compartilhada por outros [...]. Toda pessoa tende a experimentar uma resposta emocional imediata à face que lhe é proporcionada por um contato com outros.

Assim, envidamos todo um esforço interacional no sentido de colocar em relevância tal valor positivo, dentro daquela cultura, na sucessão de turnos interacionais. Por isso, a face está inscrita no fluxo de eventos, na interação. Como aponta Goffman ([1967]1980), tal processo de sustentação de face coloca o falante em envolvimento com a face dos interlocutores de forma que, normalmente, ele age no sentido de preservar sua face, mas levando em consideração a necessidade que os outros têm de manter a sua. Por isso, os interlocutores articulam a *regra de auto-respeito* – inclusive recusando certas ações por estarem acima ou abaixo de si - e a *regra de consideração* – pelo(s) interlocutor(es). Assim, com relação à face do falante e de seus interlocutores “as regras do grupo e a definição da situação determinam a quantidade de sentimento ligado à face e como esse sentimento deve ser distribuído entre as faces

²⁵Entendo que, essa denominação – i.e., linha – já fosse uma idéia embrionária do que o próprio Goffman chamaria depois de *footing* e que no Brasil tem sido traduzido por alinhamento (Cf. Ribeiro e Garcez, 2002)

envolvidas” (Goffman, [1967]1980). Das questões apontadas, pode-se entender que os interlocutores operam no sentido de tornar o que quer que estejam fazendo consistentes com a face projetada, ou seja, há um trabalho interacional de elaboração de face.

Erickson (2001), trabalhando com os conceitos de *face* e de *situação social*, aponta questões relevantes que aproveitou para este trabalho. Em primeiro lugar, lembra que, em Goffman, a interação social imediata caracteriza-se por ser uma ordem social que, no entanto, necessita ser considerada como algo distinto, detentora, pelo menos em parte, de uma integridade própria. Assim, em que pese fazer parte de um contexto sócio-histórico macro, há um contexto sócio-histórico micro em construção que, embora guarde estreita relação com o primeiro, tem uma tessitura peculiar. Para Erickson (ibid., p.174)

o que está em evidência para os participantes no enquadre do encontro, além do seu trabalho instrumental, é a manutenção coletiva da dignidade individual [...]. Dada a fragilidade daquela dignidade a cada turno interacional, torna-se necessário para os parceiros interacionais colaborar para a sua manutenção através da evitação de ações interacionais que sejam ameaçadoras à face.

Com isto, embora questões de ideologia e poder estejam presentes naquele encontro, ao mesmo tempo em que os interesses dos participantes quanto à manutenção da ordem interacional, há, como lembra Erickson (ibid.) todo um trabalho de face para apresentação e manutenção do *self*. Assim sendo, continua Erickson (ibid.), embora presentes no encontro, as pressões da ordem social maior não embaraçam nem suplantam a ação ritual e as exigências morais da ordem interacional. Na verdade, este autor alia à sua argumentação em torno dessas questões um comentário de Giddens (1984) ao indicar que este autor se coloca em oposição no tocante à concepção de poder tão totalizante proposta por Foucault.

Na relação discurso-face, cabe inserir a voz de Bakhtin ([1979]2000:322), que, de certa forma, referenda aquela questão da face ao afirmar que “nas esferas da vida cotidiana ou da vida social, a posição e a importância do destinatário repercutem na comunicação verbal de um modo todo especial”. E essas pessoas, Erickson (2001) afirma, suportam e vivem através do peso da história ao envolverem-se em práticas discursivas locais. Inspirado em Bakhtin, Erickson (ibid.:176) afirma que

As palavras que elas [as pessoas] usam devem ser expropriadas (*expropriated*) para uso local e, ainda assim, continuam a carregar indícios de alusões a de ressonâncias com o mundo social mais amplo e com os padrões de interesse social dos quais as palavras foram expropriadas.

Com isso, as práticas discursivas com as quais nos engajamos são ricas, multidimensionais, posto que exigem um grande esforço para manter a ordem interacional, bem como para manter um outro trabalho comunicativo que surja, articuladas ao contexto macro social. Assim, mesmo que os interlocutores estejam co-construindo uma interação onde a assimetria delineada pelo status de cada um deles seja uma questão marcante, pode haver múltiplas possibilidades no tratamento que cada um dará localmente ao outro, exatamente porque também estarão em jogo as estratégias para elaboração e manutenção de face.

7.4

O ponto-a-ponto da argumentação

Ao transcrever os encontros com os colegas do CELE, percebi que, além de utilizar os construtos discutidos até agora neste capítulo – como enquadre, alinhamento, etc., - seria preciso encontrar elementos que auxiliassem a entender o processo de argumentação que se instalava quando precisávamos apresentar e sustentar nossas posições argumentativas. Por isso, a contribuição de Schifffrin ([1987] 1996, pp.18, 19) é relevante no tocante à estrutura da argumentação. Em seu trabalho, ela identifica elementos recorrentes na interação entre os participantes:

- *Posição* (argumentativa) – representa uma idéia, ou seja, uma “informação descritiva sobre situações, estados, eventos, ações no mundo e o comprometimento do falante para com a idéia” através de uma asserção que defende a veracidade da mesma. Pode também acontecer de o falante indicar sua confiança na verdade ao intensificar ou mitigar (*hedge*) o que diz. Segundo Schifffrin (ibid.), ao apresentar sua *posição*, o falante aumenta o volume de sua voz, mantém o piso conversacional por um longo tempo e parece dirigir-se a uma audiência maior do que aquela à qual está falando. Além disso, as posições apresentadas normalmente são crenças que o falante tem sobre como o mundo é e

sobre como deveria ser. Conseqüentemente, podem revelar não apenas idéias, mas também valores morais e reivindicações sobre competência e caráter.

- *Disputa /discussão de uma posição* - na qual um ou mais participantes podem se colocar contra: o conteúdo proposicional – i.e., “a exatidão com a qual uma posição representa um dado estado de coisas (*state of affairs*)”; à orientação do falante – i.e., “desafiando o interlocutor em relação aos fatos”; às implicações morais ou pessoais do que foi dito – i.e., “ao tipo de pessoa que o falante revela ser”. Algumas vezes tais oposições são feitas de forma indireta ou mitigada, o que as pode tornar menos perceptíveis. Considerando que os participantes trazem para as interações seus conhecimentos prévios, as *disputas* também podem tornar-se menos perceptíveis porque só se tornam definidas em relação àquele conhecimentos, ou seja, precisa haver conhecimento prévio compartilhado.

- *Suporte* - através de uma explicação, justificativa ou defesa de uma idéia. Assim, o falante oferece informação através da qual ele induz o ouvinte a chegar a uma conclusão sobre a credibilidade da sua posição. Elementos importantes, neste caso, são os marcadores discursivos, pois como afirma Schifffrin (1996[1987]) eles são seqüencialmente dependentes e colocam “entre parênteses” as unidades de fala.

Ressalto, no entanto, que não me proponho, neste trabalho, a apenas mapear a estrutura das argumentações nos moldes de Schifffrin, embora seja um ponto de partida. O que me interessa é perceber, na construção micro discursiva de nossas argumentações, a relação das mesmas com o trabalho interacional de reflexão docente, especialmente em relação às questões levantadas nos *puzzles* que conduzem meu olhar de analista e que serão apresentados adiante. Dessa forma, na análise das microcenas, mapearei não apenas os marcadores discursivos, mas também a própria escolha lexical, bem como a utilização de pistas de contextualização, além do possível uso de outros elementos, para a construção da posição argumentativa, da disputa ou do suporte. Faço isso para tentar aprofundar ao máximo meu entendimento do como estávamos agindo discursivamente, considerando nossos objetivos interacionais no contexto institucional.

7.5

Para a configuração da análise há mais um ponto...

Para os procedimentos de análise das microcenas mais adiante, usarei articuladamente os seguintes construtos que foram discutidos neste capítulo:

- [a] enquadre;
- [b] alinhamento;
- [c] pistas de contextualização;
- [d] face;
- [e] estrutura da argumentação: posição argumentativa, oposição, suporte;
- [f] estratégias de envolvimento conversacional.

No entanto, ainda será preciso apresentar um outro aporte teórico para encaminhar a análise das microcenas uma vez que o corpus gerado em nossas interações apontou para a utilização de muitas narrativas. Assim, no próximo capítulo, apresento os elementos aos quais tive acesso na literatura sobre narrativas conversacionais e que serão utilizados para entender o porquê de estarmos contando tantas estórias.

8

Narrativas para fazer sentido do mundo, interpretar experiências e construir o *self*

O que as pessoas fazem nas narrativas nunca é por acaso, nem estritamente determinado por causa e efeito; o que elas fazem é motivado por crenças, desejos, teorias, valores e outros “estados intencionais”.

Bruner ([1996] 2001)

Conforme sinalizei ao final do capítulo anterior, para tentar dar conta da riqueza de significados co-construídos que se configurou através da utilização da linguagem em nossos encontros no CELE, seria preciso relacionar mais uma questão teórica para a análise. Sigo, portanto, apresentando algumas reflexões sobre narrativas conversacionais, elemento abundante em nossas conversas profissionais e que nos ajudaram não apenas no processo de rever e ressignificar localmente nossas práticas pedagógicas, mas também a nos construirmos profissionalmente, a nos inter-relacionarmos.

8.1

Estudo de narrativas: um terreno interdisciplinar

Uma forma de nos inscrevermos em práticas discursivas e no mundo social faz-se através de narrativas que compomos sobre nós e sobre os outros, as quais têm sempre um interlocutor e uma audiência definidos. Afinal, como apontam Brockmeier e Carbaugh (2001, p.10):

As histórias que contamos sobre nós e sobre os outros organizam nosso senso sobre quem somos, quem são os outros e como estamos relacionados. A forma como contamos tais histórias, para compreender e avaliá-las, e para usar algumas em especial a fim de atingir determinados objetivos é, para Bruner [...] a finalidade da ‘cultura da educação’.

Desta forma, as estórias²⁶ que contamos não são contadas ingenuamente. Sempre têm uma função interacional, uma vez que não devem ser entendidas como mera representação da experiência humana cotidiana, mas como construção dessa experiência.

Goffman (1974, p.558) também volta sua atenção para as estórias nas interações. O autor sublinha que o episódio narrado é selecionado de uma vasta gama de experiências, não podendo ser tomado como fato, mas sendo uma “leitura suportável do passado”. É uma recontagem de uma experiência e não o relato imparcial de um evento passado. Considerando os escritos de Goffman sobre face e alinhamento, a narrativa conversacional é um outro elemento que permite o estabelecimento da linha de ação do falante em relação aos interlocutores, podendo, da mesma forma, estar vinculada aos procedimentos para estabelecimento e manutenção de face. Goffman (ibid.) lembra que nossa experiência da vida acontece no discurso, embora exista fora dele. Assim, ao contarmos algo dessa experiência, o interlocutor recebe o evento de maneira arrumada, como em uma peça. Por isso, o falante normalmente apresenta aos seus ouvintes “uma versão do que aconteceu com ele” (Goffman, 1974, p.503). Ao apontar que os ouvintes recebem uma versão do fato, o autor já indica um aspecto de interpretação presente no ato de narrar em que o falante, ao inserir a narrativa, mostra aos interlocutores como ele se alinha em relação ao fato narrado, enquadrando-o na perspectiva de como deve ser interpretado. Goffman (1974) afirma ainda que nossa fala é repleta de narrativas, mini narrativas, narrativas hipotéticas, sendo que a audiência não é dada. É preciso envolver os interlocutores para poder tomar um longo turno, pois

falar tem grande possibilidade de incluir o reportar de um evento – passado, presente, hipotético ou futuro, contendo uma figura humana ou não – e esse reportar não precisa ser apresentado, mas comumente é, como algo para se re-experimentar, levar um tempo falando ou pensando [sobre um acontecimento ruim], se deleitar, com qualquer que seja a ação final que o apresentador espera que seu pequeno show induza a audiência a aceitar. (Goffman, 1974, p.506)

²⁶Seguindo o posicionamento de Bastos (2005) utilizo os termos *estória* e *narrativa* em meu texto, conforme a autora o faz em seu trabalho. Utilizei a grafia *história* apenas quando cito algum autor que utiliza este termo no original a fim de manter a coerência dos termos usados pelos autores a cujas teorizações me refiro.

Usando a metáfora da dramaturgia, Goffman, neste trecho, parece ressaltar o trabalho do falante não apenas para envolver sua audiência no sentido de participar de sua experiência, mas também de prover os índices para que o enquadre no qual ele narra a experiência passada seja partilhado, no processo de interpretação, pelos interlocutores.

Bruner (1997), discutindo a base cultural do uso da linguagem e da narrativa, explica de que maneira a segunda funciona como elemento estruturador de significados e do social, de forma que narrar constitui-se uma ação característica do ser humano. Segundo ele (ibid., p.65),

os seres humanos, em suas interações, formam uma noção do canônico e do comum como um pano de fundo contra o qual interpretam e dão significado narrativo às violações e afastamentos de “estados normais” da condição humana. Tais explicações narrativas têm o efeito de estruturar o idiossincrático de forma verossímil.

Estando cada ser humano jungido a comunidades discursivas e de prática, as quais são orientadas por padrões culturais, é preciso que os interlocutores atuem de acordo com a cultura que lhe estabelece parâmetros para a ação discursiva. Portanto, a narrativização da experiência é a forma de acomodar o pessoal (idiossincrático, para Bruner) ao coletivo. No entanto, este narrar também sofre limitações vindas de convenções de ordem retórica, pelas regras do gênero, emanadas da cultura. Bruner e Weisser (1995), discutindo o narrar, reforçam tal perspectiva. Para o momento, quero sublinhar o uso da narrativa como elemento presente no esforço que o ser humano faz de interpretar o ‘eu’, o ‘mundo social’, o ‘eu no mundo social’, através de palavras de Bruner, (1997, p.52), pois

ela [a narrativa] lida (quase que a partir da primeira fala da criança [...]) com o material da ação e da intencionalidade humana. Ela intermedia entre o mundo canônico da cultura e o mundo mais idiossincrático dos desejos, crenças e esperanças. Ela torna o excepcional compreensível e mantém afastado o que é estranho, salvo quando o estranho é necessário como um tropo. Ela reitera as normas da sociedade sem ser didática. E, [...], ela provê a base para uma retórica sem confronto. Ela pode até mesmo ensinar, conservar a memória, ou alterar o passado.

Porém, inserir uma narrativa em um evento interacional requer, segundo Sacks (1984, apud Bastos, 2005), todo um trabalho que justifique a tomada de turno por um tempo mais longo. Em decorrência disso, é preciso que o episódio a

ser narrado fundamentalmente um ponto, i.e., a razão pela qual ele está sendo narrado. Outra exigência é que ele seja reportável, ou seja, que não se configure como canônico ou esperado; deve ser um evento extraordinário, algo que fuja à norma. E o narrar vai ser o evento normalizador do extraordinário. Cabe observar, no entanto, que um evento pode tornar-se reportável em uma interação pelo fato de o narrador transformá-lo em uma estória (Riessman, 1993). Desta forma, a habilidade do narrador em usar os recursos lingüísticos para construir a narrativa é fundamental.

As questões levantadas acima mostram pesquisadores de áreas diferentes (Bruner – psicologia social; Sacks – análise da conversação; Goffman – microsociologia) voltados para um interesse comum: o estudo da narrativa, embora cada um deles imbuído de suas perspectivas teóricas e metodológicas. Esse interesse, na verdade, pode ser identificado em áreas diversas das ciências humanas e sociais, conforme aponta Bastos (2005). Para entrar um pouco mais na literatura que trata da narrativa conversacional, é necessário remontar aos estudos pioneiros de Labov que se ocupou em definir a estrutura das narrativas identificadas em seus dados. Ainda que o autor haja sofrido críticas de outros teóricos posteriormente por haver se ocupado em identificar apenas a estrutura da narrativa, é inegável a sua contribuição para entendermos sua organização interna e podermos avançar na área.

8.2

Narrativa é construção

Ao ter contato com a literatura que aborda estudos sobre narrativa, há freqüente menção a Labov (1972). Ele formulou uma proposta de análise à narrativa presente não apenas em situações de entrevista de pesquisa sociolingüística, como a dele, mas em conversas informais, em interações médico-paciente, em reuniões de docentes como as nossas do CELE, por exemplo. Para Labov (ibid.:360) uma narrativa é uma forma de “recapitular uma experiência passada, combinando uma seqüência oral de orações à seqüência de eventos que (podemos inferir) realmente aconteceu.” Embora essa definição pareça mais voltada à narrativa enquanto representação e não enquanto construção, como é entendida hoje, ela foi relevante no início dos estudos.

Bastos (2005) discute o fato de que a relação entre o mundo social extra-textual e o mundo da narrativa tem sido problematizada. Isso levou ao afastamento da perspectiva de narrativa como sendo sinônimo de representação daquele mundo porque a narrativização envolve uma tomada de posição do narrador diante do fato narrado. A autora (ibid., p.80) afirma ainda que:

as narrativas não são mais consideradas como representações diretas e transparentes de eventos passados, mas sim como recontagens seletivas e contextualizadas de lembranças de eventos. [...]

Podemos, dessa forma, compreender o relato da narrativa mais como uma construção social do que como uma representação do que aconteceu, no sentido de que construímos as histórias que contamos em função da situação de comunicação (quando, onde e para quem contamos) de filtros afetivos e culturais, e do que estamos fazendo ao contar uma história.

Essa diretriz é a que interessa a este trabalho por estar articulada com todo o arcabouço teórico que venho apresentando. Ao analisar as narrativas que surgiram nas reuniões de reflexão, apóio-me em Bastos (ibid.), uma vez que autora aponta elementos fundamentais que o analista deve considerar para entender a função da narrativa em um dado momento da interação, i.e., quando, onde e para quem ela é contada, relacionando-os, conseqüentemente, à ação discursiva envolvida neste ato. Ao redimensionar a narrativa enquanto recriação do evento, Bastos (ibid.) deixa implícito em sua colocação que não deve interessar ao analista verificar a veracidade da história. Na verdade, o que importa é o como e o para quê ela é trazida à interação naquele momento. Além disso, o estudo da narrativa contribui para que o analista possa, via discurso, acessar o processo pelo qual o narrador faz sentido do episódio vivido, interpretando-o e, ao mesmo tempo, fazendo sentido de quem é. Desta forma, ao analisar as narrativas dos colegas e minhas, passo a entender melhor nossas crenças, nossa construção identitária na ação discursiva, dentre outras possibilidades.

Lembro, conforme já comentado no item 7.1, como Goffman (1974) entende a inserção da narrativa na interação, i.e., que ela está atrelada a uma intencionalidade do falante em marcar sua linha de conduta, de oferecer uma pista aos interlocutores sobre como devem vê-lo e relacionar-se com ele, embora, tal intencionalidade seja negociada interacionalmente. Da mesma forma, no conjunto de fatos experienciados em sua vida, o falante seleciona o que vai contar, como vai contar, apresentando sua interpretação.

8.3

Narrativa: memória e contexto para fazer sentido do vivido

Na proposta de Labov, só é possível existir uma narrativa se houver orações independentes ordenadas em uma seqüência temporal, uma vez que a inversão desta ordem altera a interpretação do evento narrado. Por isso, a temporalidade é um elemento crucial para definir o que é uma narrativa no sentido laboviano. No entanto, Mishler (2002) propõe a utilização do tempo narrativo, ao invés do cronológico de maneira a não “dependermos somente da cronologia como enquadre interpretativo para fazer sentido de uma história”. Em termos de análise, isso pode significar que poderão ser enquadradas como narrativas trechos em uma interação que não apresentem uma sucessão linear de acontecimentos, mas que, ainda assim, reportam um acontecimento passado.

Contar uma estória envolve a retomada de experiências através de um esforço de memória. Contudo, não apenas a memória dá forma ao que é contado, uma vez que o contexto imediato da interação também é crucial para a determinação da forma como o evento será narrado: a quais elementos o narrador dá mais saliência, que seleção lingüística faz (léxico, verbos, estruturas sintáticas) para construir o cenário da narrativa, para configurar as ações e os personagens. O esforço discursivo de narrar nossas experiências, conforme evidencia Bastos (2005, p.80), é feito sob o

filtro de nossas emoções, o que nos leva freqüentemente a transformar e recriar essa experiência. É nesse sentido que cada vez que contamos uma estória podemos estar tanto transformando nossas lembranças, quanto solidificando determinadas interpretações e formas de relatá-las. Essas interpretações e formulações discursivas muitas vezes passam a ser a nossa memória do que aconteceu.

Georgakopoulou (1997), sinaliza que as estórias são contagens seletivas, dinâmicas e contextualmente motivadas. Não são pré-existentes nem pré-determinadas. Por isso, o estudo do real nas narrativas só pode ser feito se o analista considerar as “formas textuais que a realidade toma quando filtrada e interpretada pelos narradores” (ibid., p.4), i.e., eles organizam suas experiências individuais de ‘ser no mundo’ no ato de narrar.

8.4

A estrutura da narrativa laboviana – um ponto de entrada para a análise

Labov identificou, nas narrativas estudadas, uma estrutura básica de organização. Em que pese haver outras propostas de análise à estrutura da narrativa, como a de Norrick (2000), usarei a proposta de Labov como ponto de entrada no olhar às microcenas, sem fazer um exaustivo mapeamento de tais elementos em cada uma delas. Na verdade, pretendo utilizar um procedimento de análise semelhante ao que proponho para as microcenas em que houver argumentações, ou seja, mais do que identificar a estrutura, interessa-me perceber o esforço interacional na construção micro discursiva das narrativas, bem como a função das mesmas.

Para Labov, uma narrativa é constituída de orações temporalmente ordenadas, estas denominadas de orações narrativas. Segundo o autor, a seqüência de pelo menos duas delas forma uma narrativa mínima. A partir da análise dos seus dados, Labov (1972: 363) propõe uma estrutura básica para narrativas apresentada abaixo, embora algumas delas possam apresentar apenas orações narrativas.

[a] Resumo

Contém orações que resumiam a estória, podendo-se identificar o ponto da mesma, i.e., o que a torna reportável. Desta forma, o resumo não apenas informa sobre o que a narrativa versa, mas o porquê de estar sendo contada.

[b] Orientação

Geralmente ocorre no início da narrativa, servindo para identificar o tempo, o lugar, as pessoas, sua atividade ou situação. Esta seção teria como característica sintática peculiar o fato de apresentar orações no passado progressivo. Sua função seria a de “apresentar o que estava acontecendo antes que o primeiro evento da narrativa ocorresse ou durante todo o episódio” (Labov, 1972, p.364), ou seja, apresenta o cenário e as circunstâncias em que o episódio ocorreu, quem eram os envolvidos e localiza temporalmente o episódio. Embora se espere que a orientação apareça no início da narrativa, ela pode ocorrer em locais estratégicos mais adiante.

[c] Ação complicadora

Este é o único elemento obrigatório para que se possa reconhecer uma narrativa, uma vez que, constitui a narrativa propriamente dita. Sem ele, não há narrativa. A ação complicadora apresenta as orações no pretérito perfeito que contêm o evento narrado, a estória em si. Ela é composta de orações independentes temporalmente organizadas, i.e., elas reproduziriam a ordem dos acontecimentos reportados. Labov as denomina de orações narrativas.

[d] Coda

São orações que podem ser encontradas ao final da narrativa, sinalizando que a mesma terminou, trazendo os interlocutores (narrador e ouvinte(s)) de volta ao presente. Segundo Labov (1972, p.365), ela pode “conter observações gerais ou mostrar os efeitos dos eventos sobre o narrador”.

[e] Avaliação

Labov (1972, p.366) a caracteriza como “o meio usado pelo narrador para indicar o ponto da narrativa, sua razão de ser: por que foi contada e onde o narrador está (querendo) chegar”. Isso por que, para ele, é possível contar a mesma estória de várias maneiras de forma a ilustrar pontos diferentes. Os elementos que expressam a avaliação não têm um lugar fixo na narrativa, podendo ser distribuídos ao longo da mesma. Para identificá-los é preciso saber por que a estória é contável e isso significa que ela é fruto de uma violação da norma de conduta, de algo esperado dentro da cultura dos interlocutores.

A avaliação pode apresentar-se de duas formas:

[a] *avaliação externa*: a ação narrativa é suspensa e o narrador expressa diretamente como se posiciona em relação ao episódio, a carga emocional por ele sentida quanto ao episódio narrado. Assim, a suspensão da estória pelo narrador indica “ao ouvinte que aquela parte tem alguma relação com o ponto avaliativo” (Labov, 1972). Ele diz qual é o seu ponto.

[b] *avaliação interna/ encaixada*: não há a suspensão da ação narrativa e o narrador utiliza-se de recurso lingüísticos e/ou prosódicos para construí-la. Segundo Lira (1987), este tipo de avaliação preserva a carga dramática da narrativa.

Labov (1972, p. 372) identificou algumas maneiras de se construir a avaliação. Elas seriam:

- o narrador citar um sentimento como se fosse algo que lhe houvesse ocorrido naquele momento que está sendo narrado, ao invés de dirigi-lo ao ouvinte que lhe ouve;
- o narrador citar-se – através de discurso direto – como se estivesse falando com o personagem de sua estória naquele momento;
- introduzir uma terceira pessoa que vai avaliar as ações do seu antagonista do narrador;
- dramatizar a avaliação, contando o que as pessoas fizeram ao invés daquilo que elas disseram.

O narrador também pode lançar mão dos seguintes elementos avaliativos (Labov, 1972, p.178,179) para comunicar em que medida os eventos foram perigosos, tristes, divertidos, surpreendentes, aborrecidos, alegres, etc.:

- *intensificadores lexicais*: muito, bastante;
- *quantificadores*: um, muitos;
- *fonologia expressiva*: alongar vogal, acelerar ou diminuir do ritmo de fala, aumentar ou abaixar o volume da voz;
- *repetições*: palavras, estruturas.

Linde (1997) contribui para expandir o entendimento da avaliação na narrativa ao afirmar que a avaliação, além de ser expressa através de uma estrutura lingüística é, em si, uma prática social. Segundo ela (1997, p.152), é possível incluir como avaliação “qualquer [enunciado] de um falante indicando o significado social ou o valor de uma pessoa, coisa, evento ou relação”. Desta forma, a avaliação é parte importante da dimensão moral da língua, indicando a ordem moral que o falante reproduz (ibid.). A autora admite duas dimensões de avaliação usadas para a estruturação de uma narrativa. A primeira delas tem a ver com a noção de reportabilidade, no contraste entre elementos que estão dentro de um padrão de normalidade ou do que é esperado e dos que estão fora, ou seja, que são extraordinários. Quanto à segunda, baseada em Polanyi (1989) e Linde (1991, 1993), Linde (1997, p.153) argumenta que ela faz referência a normas sociais e tem a ver com

comentários morais ou demonstrações da maneira que o mundo é, a maneira que o mundo deveria ser, o que é um comportamento adequado e o tipo de pessoa que o falante e os interlocutores são. Essa é uma forma especial de julgamento normativo: que tipo de comportamento pode ser esperado de uma boa pessoa. A avaliação deste tipo forma a base da narrativa; a narrativa oral é muito mais sobre como se chegar a um acordo sobre o significado moral de uma série de ações do que sobre o simples reportar daquelas ações.

Essa perspectiva apresentada por Linde realmente avança no sentido de se tomar a avaliação como uma ação discursiva que vai além de mostrar o ponto de um evento reportado: ela é prática social. Na verdade, os dados de Linde (1997) não contemplavam narrativas, mas ela partiu do conceito laboviano para elaborar sua teorização. A autora distingue alguns tipos de avaliação: incidental, no nível constituinte, no nível do tópico. Embora essa distinção seja interessante, a questão que mais interessa a este trabalho diz respeito ao fato de Linde entender avaliação enquanto negociação, i.e., ao fato de ela ter um papel importante na interação social imediata ou de longo prazo. Ela fala da negociação que acontece turno a turno, imbricada na ação discursiva, sendo proposta por um falante, devendo o interlocutor concordar ou não. Na verdade, segundo ela, a ação esperada pelo narrador é de que haja uma concordância por parte de seu interlocutor do ponto que ele propõe e isso é feito pelo interlocutor quando ele mesmo avalia, durante a contagem da estória, ou quando narra uma segunda estória para dar suporte à primeira. Porém, isso nem sempre acontece, de maneira que o interlocutor oferece uma avaliação alternativa. Eles devem, portanto, negociar qual é o ponto da estória com relação a um significado moral, já que a narrativa não pode continuar sem que isso aconteça.

8.5

O tópico na narrativa

Nesta seção, apresento algumas considerações sobre o tópico na narrativa baseada em Schiffrin (1988) e que serão úteis para analisar a relação construída pelos narradores entre suas narrativas e o tópico da interação nas microcenas selecionadas. Segundo a autora, via de regra, o tópico conversacional é entendido como sendo aquilo ‘sobre o que se está falando’, sendo centrado na mensagem. Após discutir como o tópico é visto em algumas tradições, Schiffrin (ibid.) afirma que, apesar do grande interesse, ele é ainda uma das noções menos entendidas em lingüística devido: ao fato de estar relacionado a diferentes aspectos da comunicação (mensagem, código, falantes, interação); a ser realizado ou ‘encodificado’ (*encoded*) em diferentes níveis lingüísticos (entidade, proposição, texto); a estar relacionado ao conhecimento partilhado entre os interlocutores. Schiffrin, então, propõe que os analistas busquem construir uma visão teórica

integrada, já que o tópico é um conceito importante que pode ajudar a inter-relacionar diferentes aspectos da comunicação e ajudar a compreender o papel do conhecimento compartilhado no discurso. Entendo que esta visão pode ser ampliada no sentido de auxiliar na compreensão do processo de construção identitária, de conhecimentos, de crenças na interação. Ainda para Schiffrin (1988), a contribuição da análise sociolinguística ao discurso na narrativa teria por finalidade revelar como diferentes tipos e níveis de tópico refletem-se no uso da linguagem. Em seu trabalho, a autora analisa os dados a partir da distinção que faz aos tópicos abaixo. Essa categorização foi proposta a partir de seu corpus:

- *tópico do falante* - ‘o que eu acho sobre o que estou falando’.
- *tópico interativo (ou da interação)* - é um tema mais geral que é compartilhado pelos falantes
- *tópico textual* – a narrativa em si
- *tópico da entidade* – termos que se referem aos personagens da estória.

Em meu trabalho, a questão da identificação do tópico com as nuances propostas por Schiffrin pode ser importante, ao menos em alguns momentos, para dimensionar como se configura a narrativa em relação ao momento da interação e ao contexto interacional em que é inserida pelo narrador. Contudo, não pretendo fazer uma análise exaustiva, do mesmo, nem buscar encontrar todas as categorias uma vez que o meu corpus pode não contê-las todas.

8.6

A narrativa na construção do eu

Bruner (apud Bakhurst e Sypnowich, 1995) sublinha o fato de que não se pode estabelecer uma relação abstrata de como a língua relaciona-se à realidade. Para ele, é necessário colocar o foco na forma como os significados são construídos na interação entre as pessoas e com seu mundo. Conseqüentemente, a realidade é, por um lado, produto de seus modos de interpretação e, por outro, uma influência anterior sobre eles. Assim sendo, nossas descrições de eventos são governadas por dois sistemas: o *proposicional* e o *narrativo*. Este último tem um papel crucial para Bruner na medida em que somos seres que contam estórias. Consoante o pensamento do autor, não é possível entender o caráter do pensamento humano, se o considerarmos apenas pelas regras formais e pelas

categorias do sistema proposicional. Ao invés disso é preciso explorar as narrativas que os seres humanos utilizam em sua luta para fazer sentido. Conseqüentemente, o “eu” é uma criatura da narrativa, não um objeto formal do pensamento (Bakhurst e Sypnowich, 1995), pois é produto de nossas formas de produção de conhecimento culturalmente mediadas.

Entendendo a narrativa enquanto gênero limitado por suas convenções e estilo, Bruner e Weisser (1995) apontam que o narrar envolve não apenas tais limitações, mas também a condução dada pelo narrador aos episódios acontecidos, de forma que os pontos tomados como decisivos são definidos, no momento interacional do narrar, pelas “revisões na história que se usa pra falar da própria vida e de si mesmo” (ibid., p.142). Considerando que estórias são contadas e recontadas em diferentes momentos, para diferentes interlocutores, em diferentes contextos interacionais e institucionais, para Bruner e Weisser (ibid.) as (re)narrações ensejam revisões e reinterpretações às vidas narradas de forma que elas revelam uma nova perspectiva construída a partir do momento interacional e da história pessoal do narrador.

Tomando a proposta de Mishler (2002) sobre a utilização do tempo narrativo no procedimento de análise e não o tempo cronológico, tal proposta permite um olhar ao processo de construção do eu articulando-se às questões apontadas por Bruner e Weisser (ibid.) acima. Para Mishler (2002, p.104), assumir essa outra perspectiva de temporalidade – a mão dupla do tempo – abre espaço para a reinterpretação, pelo próprio narrador, dos episódios vividos a partir do distanciamento e da possibilidade de reconstrução do seu significado “em termos de conseqüências posteriores, por meio das quais eles [os narradores] redefinem quem são e revisam o enredo de suas histórias de vida”. Isso acontece porque, ao retomar episódios passados para contá-los e recontá-los, o narrador dá-lhes relevância e significados diferentes, dependendo de novas conexões que possa ter descoberto e das quais não estava ciente anteriormente, bem como do tipo de pessoa que vai se transformando ao longo de sua vida. As narrativas serviriam para que o narrador pudesse entender-se e justificar-se, re-historiar (termo proposto por Mishler, 2002) seu passado. Haveria um ponto de virada que levaria o narrador à re-historiação de seu passado, conseqüentemente redimensionando o processo de construção do eu.

O processo de transformar nossas vidas em histórias torna-se, portanto uma questão central, segundo Brockmeier e Carbaugh (2001, p.1), por girar em torno do processo de “como construímos o que chamamos de nossa vida e como nos criamos neste processo [...] no tempo enquanto seres pessoais e culturais”. Vale, contudo, considerar que as pessoas acreditam ter identidades e isso depende fundamentalmente de suas capacidades de relacionar ocorrências fragmentárias através dos limites do tempo (Gergen e Gergen 2001, p.162). Portanto, a identidade que alguém apresenta não é algo repentino nem misterioso. Na verdade, é o resultado de uma história de vida (ibid.) e, como já afirmei, (re)construído incessantemente a cada interação..

Desta forma, a construção do *self* pode ser vista como uma via de mão dupla, pois ao nos construirmos na interação, estamos limitados pelas ordens do discurso que podemos acionar, reproduzindo a ordem social, mas podemos estar, ao mesmo tempo, no nível micro da interação, ressignificando essa ordem social, configurando padrões de resistência, ressignificando o mundo social, nossas identidades fragmentadas, nossos entendimentos dos outros.

8.7

Narrativas no contexto de trabalho

No item acima, faço alusão a processos de construção identitária imbricados no processo de narrar. Embora esse processo esteja, fundamentalmente, relacionado à existência de um ‘outro’, o enfoque dado recaiu sobre a (re)construção de identidades sociais do indivíduo, ainda que tomando esse indivíduo na sua relação com a sociedade. No capítulo em que abordei o contexto de trabalho enquanto espaço construído por práticas discursivas, também apontei a existência da história e da cultura institucional. Ambas contribuem para que os profissionais operem em uma instância de construção de uma identidade coletiva. No entanto, quero ressaltar, conforme já discutido no capítulo 7, apoiada em Erickson (2001), que não vejo as macro estruturas social e institucional por um viés determinista no que diz respeito à ação discursiva dos participantes. Dessa forma, tanto existe a possibilidade de manutenção do status dos participantes e de posições hegemônicas, como há o espaço para a agentividade, para a (re)construção das identidades sociais, bem como das identidades coletivas. As

narrativas no contexto profissional, portanto, podem também ser vistas como uma questão coletiva, reforçando ou distanciando-se da cultura e dos valores ‘proclamados’ institucionalmente. Neste espaço, novamente inserem-se as narrativas como *locus* de manutenção ou de resistência, de reflexão e de possibilidades para uma teorização empírica sobre o fazer profissional.

Holmes e Marra (2005) indicam que a narrativa pode assumir muitas funções no contexto de trabalho. Dessa forma, ela contribui para a construção das identidades profissionais. Segundo as autoras (ibid., p.193), em diferentes contextos de trabalho e em diferentes pontos na interação, os participantes enfatizam diferentes facetas particulares de suas identidades sociais, bem como diferentes dimensões do significado social. Isto inclui afiliação institucional, status profissional, solidariedade entre colegas, responsabilidades de autoridade, categorias de gênero, afiliação étnica, etc. Para as autoras (ibid., p.193) as narrativas

fornecem um recurso para a produção ou representação/ performance (*enacting*) de aspectos particulares da identidade social do indivíduo e podem servir, em particular, como estratégias discursivas para reconciliar aspectos contraditórios da complexa identidade social do indivíduo.

Acredito que as narrativas possam ser usadas, da mesma forma, para ressaltar marcas identitárias em contextos de trabalho. Contribuindo para o debate, Dyer e Keller-Cohen (2000) afirmam que as narrativas em contexto institucional funcionam para criar significados para os profissionais e, por outro lado, elas são a própria *expertise* desses profissionais, concorrendo para a construção identitária dos mesmos. Sabendo que a interação institucional envolve determinadas limitações e que as contribuições do participantes precisam ser interpretadas como algo relevante para a ação desenvolvida, as narrativas que surgem precisam “ser cuidadosamente construídas a fim de estarem em conformidade com as disposições disciplinares [*disciplinary assumptions*] no que diz respeito ao que seja um relato aceitável” (Dyer e Keller-Cohen, 2000, p.286). Da mesma forma que o uso de vocabulário específico para mostrar *expertise* e poder pelo domínio de determinado conhecimento, o uso de narrativas em contexto de trabalho também pode servir para essa finalidade. Ela pode distanciar os especialistas daqueles que não o são, posicionando-os em relação aos outros, contribuindo também para a construção de identidades coletivas.

Cortazzi ([1993]2003), focalizando narrativas de professores, defende a análise das mesmas como fator que colabore para a melhora dos sistemas educacionais e das práticas em sala de aula ao permitir o acesso à perspectiva dos docentes. Segundo ele, é preciso saber como os professores se vêem, como são suas experiências, no que acreditam e como pensam, significando conhecer a cultura dos professores de dentro. Para ele, esta é uma área da educação que tem recebido pouca atenção o que me permite ver um espaço de contribuição desta tese.

Finalmente, considerando os construtos apresentados neste capítulo, utilizarei como categorias de análise:

[a] a estrutura laboviana – embora não faça uma análise exaustiva de cada narrativa. Essa estrutura servirá para que eu identifique as narrativas e use, por exemplo, o item avaliação articulado às implicações de sua existência em uma dada narrativa para a ação discursiva instalada no momento da interação;

[b] a categorização de tópicos proposta por Schiffrin (1988) – da mesma forma que a estrutura da narrativa, não farei um mapeamento exaustivo, apontando a existência de um ou outro tópico quando isso for relevante para a análise da ação discursiva.

Estes elementos serão articulados, sempre que possível, aos construtos a serem usados para análise e apresentados ao final do capítulo anterior. As outras questões discutidas em relação à narrativa, conquanto não se constituam categorias de análise, estarão presentes na discussão no processo de construção de entendimentos.